



## A (In)Constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição 38/2024

### Autor(res)

Renato Horta Rezende  
Leandro Belillo De Lima Cosso  
Gabriela Campos Brandao  
Ian Fernando Ferreira De Freitas  
Aressa Nathely Silva Godinho Ferreira  
Victor Lehon Mageste Rodrigues  
Natalia Goncalves Fernandes

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

O ativismo judicial no caso Marbury vs. Madison nos Estados Unidos em 1803 afirma a supremacia do Judiciário na interpretação e aplicação da Constituição, confere força vinculativa e terminativa à decisão do Judiciário, preponderante e final aos demais Poderes, vinculando e expondo a fundamentalidade da CF. Nasce o controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, na forma incidental ou principal (Mendes, Branco; 2022).

A Inconstitucionalidade pode ser formal (procedimento inepto) ou material (conteudista, regras e princípios da CF são afrontados), originária (na origem) ou superveniente (posterior a gênese), por ação (se resulta do fazer legislativo) ou omissão (se resulta de inobservância de dever de legislar presente na CF). O Judiciário ao provocado pode declarar a (in)constitucionalidade de lei/ato normativo dos 3 Poderes.

Nesse sentido, é possível que se aprovada a EC 38/2024, venha a ser questionada quanto a sua (in)constitucionalidade, por quaisquer dos legitimados na CF.

### Objetivo

Analisar se e por que a Emenda Constitucional 38/2024, poderia ser alvo de análise acerca da sua (in)constitucionalidade, caso aprovada no Senado Federal, delimitando os possíveis fundamentos de eventual (in)constitucionalidade observada e seu provável enquadramento conceitual. Ver se haveria ingerência do Legislativo noutros poderes ao tentar sobrepor-lhes e esquivar-se do "check and balances".

### Material e Métodos

Abordagem dedutiva-bibliográfica, com base na interpretação gramatical e deontológica do texto constitucional e das teorias da separação dos poderes de Montesquieu, para compreender se haveria uma ingerência do Poder Legislativo no Judiciário e no Executivo ao tentar sobrepor-se aos demais, esquivando-se do controle do poder pelo próprio poder, especialmente quando é o Judiciário o que

# PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



mais tende a remediar arbitrariedades e corrigir lacunas do Executivo e do Legislativo. Realiza a análise legislativa constitucional e doutrinária: holística e crítica, para tal.

## Resultados e Discussão

Para(Tavares,2024,p.295) “toda inconstitucionalidade material representa um caso de incompetência constitucional do órgão legislativo”. Com isso, é necessário analisar quem seria competente, para delimitar o que seria competência exclusiva de cada Poder.

O inciso III, §4º, do art.60, da CF veda expressamente as Propostas de Emendas Constitucionais(PECs) tendentes a abolir a separação dos poderes, sendo que a separação de poderes do art.2º da mesma determina a harmonia e independência entre eles. Ou seja, a integridade interpretativa da CF expõe a EC 38/2024 como tentativa de esfacelar a harmonia entre os Poderes, na busca de impor a supremacia do Parlamento sob falso pretexto de o Judiciário não ser capaz de expressar a vontade popular, enquanto o Senado seria. Tal alegação expressa nas justificativas da PEC.

O Poder Constituinte Originário, capaz de fazer as restrições que o Derivado atualmente deseja realizar não o fez, prevendo excessos e desequilíbrios gerados no Legislativo.

## Conclusão

Concluí-se que a EC 38/2024 pode ser alvo de análise acerca da sua (in)constitucionalidade, e caso aprovada deverá ter declarada sua Inconstitucionalidade Material por Ação Ordinária, já que ofende ao Princípio da Separação e Harmonia dos Poderes desde sua origem, sendo resultado do fazer legislativo. Havendo, assim, a retirada da norma do Ordenamento Jurídico, justamente pela ingerência legislativa nos demais Poderes ao buscar sobrepor-se aos demais, justificando-se arditosamente no que viola.

## Referências

Fonte:<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/165705> .Acesso em 10/11/24 às 23:26.

Fonte:[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) .Acesso em 10/11/24 às 23:30.

Mendes, Gilmar Ferreira. Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. -17 ed.- São Paulo: SaraivaJur, 2022, p.1744.

Tavares, André Ramos.Curso de Direito Constitucional. -22 ed.-São Paulo: SaraivaJur, 2024, p.1223.